



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**BURITIS**  
ONDE HÁ TRABALHO, HÁ CRESCIMENTO!  
ADM. 2025-2028



PROJETO DE LEI Nº 045 2025.

**CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS**  
Estado de Minas Gerais  
Protocolado sob o nº 168, no livro próprio,  
sob a folha de nº 06 em 17 de  
11 de 25 às 10 : 00 hs  
[Signature]

**ALTERA O ART. 3º DA LEI MUNICIPAL QUE FIXA O SUBSÍDIO DOS AGENTES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO DE BURITIS PARA A LEGISLATURA 2025-2028 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BURITIS**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** O art. 3º da Lei Municipal que dispõe sobre os subsídios dos Agentes Políticos para a Legislatura de 2025-2028 passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 3º** O Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais farão jus a 30 (trinta) dias de férias anuais, a serem remuneradas com o acréscimo do terço constitucional sobre o valor do subsídio mensal.

**Art. 2º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Buritis/MG, 17 de novembro 2025.

[Signature]  
**RUFINO CLÓVIS FOLADOR**  
Prefeito Municipal

Publicado no Quadro de Avisos,  
no saguão da Câmara.

Em, 28 / 11 / 25  
[Signature]  
SERVIDOR RESPONSÁVEL

**CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS**  
Estado de Minas Gerais  
Proposição APROVADA em primeiro  
votação, dia 16 de 25, por  
08 votos favoráveis e 00 votos contrários.  
[Signature]

**CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS**  
Estado de Minas Gerais  
Proposição APROVADA em primeiro  
votação, dia 16 de 25, por  
08 votos favoráveis e 00 votos contrários.  
[Signature]





**DEMONSTRATIVO DE ESTIMATIVA DO IMPACTO  
ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO**

**EXERCÍCIO 2025**

DESPESAS	VALOR MENSAL	MESES (1)	ENCARGOS (22%)	TOTAL
Adicional de 1/3 de Férias	R\$ 3.447,22	R\$ 41.366,66	R\$ 9.100,67	R\$ 50.467,33

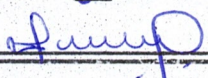
**EXERCÍCIO 2026**

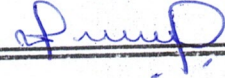
DESPESAS	VALOR MENSAL	MESES	ENCARGOS (22%)	TOTAL
Despesas (correção 6%)	R\$ 3.654,06	R\$ 43.848,66	R\$ 9.646,71	R\$ 53.495,37

**EXERCÍCIO 2027**

DESPESAS	VALOR MENSAL	MESES	ENCARGOS (22%)	TOTAL
Despesas (correção 6%)	R\$ 3.873,30	R\$ 46.479,58	R\$ 10.225,51	R\$ 56.705,09

  
**RUFINO CLÓVIS FOLADOR**  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS**  
Estado de Minas Gerais  
Proposição APROVADA em Primeira  
votação, dia 01 de 12 de 25, por  
08 votos favoráveis e 00 votos contrários.  


**CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS**  
Estado de Minas Gerais  
Proposição APROVADA em Segunda  
votação, dia 08 de 12 de 25, por  
06 votos favoráveis e 00 votos contrários.  




MENSAGEM Nº 60

Excelentíssima Senhora Presidente, Nobres Vereadores,

Submeto à elevada apreciação desta Egrégia Casa Legislativa o presente Projeto de Lei, em sua forma emendada, que visa não apenas adequar, mas também completar a legislação municipal referente aos direitos dos agentes políticos do Poder Executivo.

A proposição original buscava estender aos Secretários Municipais o direito ao terço constitucional de férias, alinhando nosso município à jurisprudência pacificada do Supremo Tribunal Federal (Tema 484 da Repercussão Geral). Contudo, uma análise mais aprofundada da lei vigente revelou uma omissão legislativa que agora propomos corrigir: a ausência de qualquer previsão sobre o direito a férias para o cargo de Vice-Prefeito.

Dessa forma, o projeto emendado que ora se apresenta possui um duplo objetivo:

1. **Garantir o Terço Constitucional de Férias:** Estender ao Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais o direito ao acréscimo de um terço sobre a remuneração de suas férias, conforme já é assegurado aos membros do Poder Legislativo e consolidado pelo STF.
2. **Corrigir a Omissão e Assegurar a Isonomia:** Incluir expressamente o Vice-Prefeito no direito ao gozo de férias anuais, sanando uma lacuna na lei e garantindo que todos os agentes políticos do Poder Executivo tenham tratamento isonômico, em total conformidade com o princípio da igualdade previsto no art. 5º da Constituição Federal.

A aprovação desta matéria, portanto, representa um avanço significativo para a segurança jurídica e a modernização administrativa de nosso município. Ao mesmo tempo em que valorizamos a dedicação de nossos gestores, prevenimos futuros questionamentos judiciais e alinhamos nossa legislação de forma completa e definitiva às melhores práticas e ao entendimento dos tribunais superiores.

Diante da relevância e da justiça da medida, que promove a equidade e a completude do nosso ordenamento jurídico, solicito o valioso apoio dos nobres membros desta Casa para a análise e aprovação do presente Projeto de Lei.